

# 1

## Introdução

Seguindo os trabalhos seminais de Joseph Schumpeter (1911), Goldsmith (1969), McKinnon (1973) e Shaw (1973), uma ampla e rica literatura econômica tem se dedicado a desvendar a relação entre desenvolvimento econômico e aprofundamento financeiro. De modo bastante característico, a maior parte dos esforços teóricos destaca a influência positiva que determinantes financeiros têm sobre as taxas de crescimento e os níveis de renda per capita. Na visão de boa parte destes estudos, o aprofundamento financeiro funcionaria como catalisador do processo de desenvolvimento na medida em que proveria serviços de realocação de poupança sem risco substantivo de perda devido à *moral hazard*, seleção adversa ou custos de transação<sup>1</sup>.

Boa parte dos artigos empíricos parece corroborar com estas suposições. Uma primeira linha, dentro da qual se destacam trabalhos como os de King e Levine (1993), Rousseau e Wachtel (1998), e Levine (1997), entre outros<sup>2</sup>, usa dados agregados de diversos países para investigar relações de causalidade entre crescimento econômico e aprofundamento financeiro. Estes estudos mostram que componentes predeterminados do setor financeiro funcionam como bons preditores da performance econômica em períodos subsequentes. Da mesma forma, resultados obtidos como nos trabalhos de Claessens e Even (2003) e Levine, Loayza e Beck (2000) sugerem que um alto grau de desenvolvimento institucional pode conduzir a uma performance favorável de variáveis econômica relevantes, sobretudo por meio das alocações levadas a cabo pelo setor financeiro.

Por outro lado, uma segunda linha de estudos dá ênfase ao papel desempenhado pela atuação local do setor financeiro como indutora do crescimento. De modo destacado, Guido, Sapienza e Zingales (2002) evidenciam que diferenças locais na acessibilidade a instrumentos financeiros, como por exemplo acesso a empréstimos, podem explicar diferenças nas probabilidades de

---

<sup>1</sup> Para uma extensa revisão da literatura afim, Levine (1997).

<sup>2</sup> Christopoulos e Tsionas (2004); Demetriades e Arestis (1997), Calderón e Liu (2003).

indivíduos iniciarem seus próprios negócios. Outrossim, um setor financeiro mais atuante localmente explicaria diferenças nos custos de entrada, graus de competição e taxas de crescimento de indústrias compostas, sobretudo, por pequenas firmas. De modo semelhante, o célebre artigo de Petersen e Rajan (1994) evidencia a importância de fontes locais de financiamento para pequenas firmas, e da construção de relações entre credores e tomadores de empréstimo sobre a disponibilidade de fundos. Este artigo pretende contribuir para essa literatura por meio de um experimento que investiga sobre a importância do acesso local a instrumentos financeiros para a determinação das escolhas ocupacionais dos chefes de família.

Seguindo a tradição de Greenwood e Jovanovic (1990), um conjunto amplo de artigos relaciona possibilidades de escolha ocupacional a aprofundamento financeiro. Nessa tradição, dentro da qual se inserem Banerjee e Newman (1993) e Evans e Jovanovic (1989), imperfeições no mercado de capitais, como restrições de liquidez, condicionam o comportamento dos agentes sobre o leque possível de escolhas. Porque as escolhas ocupacionais, dentre elas, a de iniciar um negócio próprio, dependem da dotação inicial dos agentes, condições mais flexíveis no sentido de afrouxar restrições de liquidez podem gerar maior probabilidade dos indivíduos optarem por escolhas ocupacionais mais sofisticadas em detrimento do trabalho assalariado ou da subsistência. Por seu turno, o maior leque de escolhas ocupacionais tem reflexo direto sobre o nível de desenvolvimento, na medida que a abertura e o florescimento de novas iniciativas de negócios aumentam a demanda local por trabalho e outros insumos localmente produzidos.

Com base nesse argumento, este trabalho propõe um experimento duplo, em que contrasta a probabilidade de chefes de família exercerem atividade remunerada enquanto empregadores com as transformações nos mercados bancários locais que tiveram lugar, em particular, durante o período que segue à introdução Real. Com esta intuito, são usados dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 bem como as datas de aberturas e fechamentos de representações bancárias de modo a se construir um *quase-experimento*, quando observações submetidas a influência específica de um *tratamento* não são aleatoriamente selecionadas. Por razões a serem esclarecidas na seção 2.3.3, a amostra foi restrita a localidades do interior do Estado da Bahia.

De um lado, testa-se se a interrupção completa nas atividades de representações bancárias em pequenas localidades ocasionou efeitos potencialmente adversos sobre a decisão de chefes de família exercerem atividade remunerada como empregadores. Uma característica importante destas localidades, além do número reduzido de habitantes, é a escassa presença de alternativas a instrumentos formais de poupança e empréstimos. De fato, dos 134 municípios, 125 apresentavam apenas uma única agência ou postos bancários durante todo o intervalo entre os Censos Demográficos, enquanto 9 perderam a representação bancária no período em questão.

A hipótese fundamental é de que a agência ou posto bancário local atuaria em dois sentidos de modo a afrouxar a restrição de liquidez sobre as decisões das populações locais. Num primeiro deles, a existência de uma representação bancária local reduziria o custo de transação envolvido em se recorrer a empréstimos ou a outros serviços financeiros em cidades adjacentes. Conforme mostram Petersen e Rajan, *et alli*, a distância física entre o provedor de serviços financeiros e seus usuários fornece boas explicações para a frequência de utilização e o volume de transações realizadas. Num segundo sentido, representação bancária local seria um facilitador para o fornecimento de empréstimos aos residentes num contexto de *personal relationship lending*. Isso significa que o trato pessoal nas relações de negócios que caracterizam as pequenas localidades atuaria no sentido de elevar a disponibilidade de empréstimos aos residentes. Assim, o que se espera observar é que a retirada da última representação bancária atue num sentido de aumentar a restrição sobre o crédito e o custo de acesso a instrumentos financeiros, como seguros e investimentos em caderneta de poupança ou depósitos a prazo, entre outros.

Um segundo experimento, investiga-se se modificações na estrutura do mercado bancário local podem acarretar efeito igualmente adverso sobre as decisões ocupacionais dos chefes de família. Em particular, testa-se se chefes de família residindo em municípios que experimentaram uma concentração no mercado bancário local estão mais restritos em suas escolhas. O argumento que justificaria esta hipótese é que a tendência à maior oligopolização do mercado, por meio da redução no número de bandeiras atuando em cada município, daria maior margem às firmas distanciarem os preços ou quantidades praticadas daquelas que vigorariam num equilíbrio competitivo. Nesse sentido, do ponto de vista dos

usuários de serviços financeiros, a concentração bancária reduziria o número de opções e, portanto, a favorabilidade da contratação destes serviços. O que se espera observar, portanto, é uma redução na probabilidade dos agentes iniciarem negócios próprios em localidades que experimentaram um aumento da concentração bancária.

São várias as possíveis razões que poderiam justificar a ausência de resultado convergentes às hipóteses descritas acima. Uma delas é a presença de mecanismos informais de crédito que toma forma, sobretudo, de pagamentos a prazo no comércio<sup>3</sup>. Além disso, é possível que o volume de empréstimos fornecidos pela representação bancária local no período em questão seja insuficiente para gerar um efeito agregado significativo sobre o número de novas iniciativas de negócios. Nesse sentido, o papel dos bancos, sobretudo em localidades menores, ficaria resumido ao recebimento de pagamentos e ao repasse de transferências. Embora estas atividades sejam importantes e convenientes para a população local, seus eventuais efeitos sobre o bem-estar não serão abordados neste artigo.

Por outro lado, o conjunto de residentes que comuta tenderia a reduzir a influência do mercado bancário local sobre as decisões dos residentes. Nesse caso, é importante salientar que este fator tenderia a gerar um viés contrário à expectativa imposta pela hipótese inicial, o que daria maior força a um resultado significativo eventualmente obtido.

Os métodos escolhidos são o diferenças em diferenças e *propensity score matching*. O capítulo 2 discute as hipóteses subjacentes à tais métodos, bem como as opções feitas para o desenho do experimento proposto. Os efeitos da saída da única representação bancárias sobre as decisões ocupacionais de chefes da família residentes são relatados no capítulo 3, que também descreve as determinações acerca das definições dos grupos de *tratamento* e *controle* considerados. Por seu turno, o capítulo 4 considera a importância da concentração bancária em parâmetros semelhantes àqueles definidos pelo capítulo 3. O capítulo 5 conclui, salientando que os resultados apurados pelos exercícios parecem indicar que, enquanto a penetração bancária em pequenas localidades não produz efeitos visíveis sobre as escolhas ocupacionais dos residentes, a concentração bancária

---

<sup>3</sup> Isto é, “fiado”.

parece ter imposto restrições significativas. Esses resultados parecem ser robustos para ambos os métodos usados.

Nos anos recentes, o debate sobre bancarização e sobre a necessidade de iniciativas patrocinadas pelo Estado nesse sentido tem sido foco de relativa atenção. No intuito de ampliar a acessibilidade a serviços financeiros, sobretudo para as populações mais pobres, diversas iniciativas foram tomadas. A partir do ano de 2000, o Banco Central autoriza a instalação de representantes bancários em estabelecimentos comerciais que, além de receberem pagamentos relativos a obrigações, passam a receber também depósitos à vista e a fornecer serviços de abertura de contas. Mas recentemente, o Banco do Brasil cria uma instituição subsidiária<sup>4</sup> que atua junto a pequenos estabelecimentos comerciais e fornece aos seus clientes serviços bancários subsidiados. As páginas que seguem pretendem contribuir para a discussão sobre o real efeito de tais iniciativas. Em particular, os resultados ora apurados indicam que medidas acerca da ampliação da capilaridade do sistema bancário não devem preceder discussões sobre a manutenção do equilíbrio concorrencial nesta indústria.

---

<sup>4</sup> Trata-se do Banco Popular do Brasil.